Remuneração ilíquida — 3,49 €/hora, acrescido do subsídio de refeição no valor de 4,27 € por dia útil de trabalho.

Requisitos de admissão:

a) Ser detentor, até à data limite para apresentação das candidaturas, dos requisitos gerais de admissão previstos no artigo 17.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, nomeadamente:

I) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção especial ou lei especial;

II) 18 Anos de idade completos;

III) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe a desempenhar;

IV) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

V) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Formalização da candidatura — As candidaturas deverão ser formalizadas, obrigatoriamente, mediante preenchimento de formulário próprio, fornecido na secretaria do Agrupamento e entregues no prazo de candidatura; Deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- a) Fotocópia do Cartão de Cidadão ou B.I;
- b) Fotocópia do Certificado de habilitações;
- c) *Curriculum Vitae* datado e assinado;
- d) Documentos comprovativos das experiências profissionais com alunos;
- e) Documentos comprovativos das qualificações profissionais/formação na área;
- f) Outros documentos que julgue de interesse para o respetivo posto de trabalho.

Duração do contrato — A partir da data da assinatura do contrato a 31 de dezembro de 2016.

Este concurso é válido para eventuais contratações que ocorram durante o ano escolar 2016/2017.

Habilitações exigidas — Escolaridade obrigatória, que pode ser substituída por experiência profissional comprovada.

Método de seleção — Avaliação curricular.

Enquadramento legal — Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho.

Contacto:

Tel. 21 9528290 — Fax 21 9528298;
info@aevialonga.edu.pt.

20 de setembro de 2016. — O Diretor, *Nuno Carlos Vieira dos Santos*,
209874617

Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.

Contrato n.º 511/2016

**Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo
Aditamento CP/319/DDF/2016**

Atividades Regulares

**Aditamento ao contrato-programa de desenvolvimento
desportivo CP/181/DDF/2016**

Entre o:

1 — O Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., pessoa coletiva de direito público, com sede na Rua Rodrigo da Fonseca, n.º 55, 1250-190 Lisboa, NIPC 510089224, aqui representado por

Augusto Fontes Baganha, na qualidade de Presidente do Conselho Diretivo, adiante designado como 1.º outorgante; e

2 — A Federação Portuguesa de Atletismo, pessoa coletiva de direito privado, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, concedido através de Despacho n.º 36/93, de 29 de novembro, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 288, de 11 de dezembro, com sede na(o) Largo da Lagoa, 15 B, 2795-116 Linda-a-Velha, NIPC 501136517, aqui representada por Jorge António de Campos Vieira, na qualidade de Presidente, adiante designada por 2.º outorgante.

Considerando que:

A. O 1.º outorgante, e o 2.º outorgante celebraram o Contrato-Programa CP/181/DDF/2016, em 05 de julho de 2016, tendo por objeto a concessão de uma comparticipação financeira à execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo, que o 2.º outorgante apresentou ao 1.º outorgante e se propõe levar a efeito no decurso do corrente ano, o

qual consta do anexo a este contrato-programa, publicado e publicitado nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro;

B. O contrato-programa acima aludido foi publicado, nos termos da lei, como Contrato n.º 391/2016, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 131, de 11 de julho de 2016;

C. Nos termos do disposto da cláusula 12.ª do contrato-programa CP/181/DDF/2016 “o presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro”

D. Face ao exposto, verifica-se necessário proceder a um reforço da comparticipação financeira de forma a garantir o cumprimento o programa de atividades apresentado pelo 2.º outorgante, nomeadamente a ação intitulada “Participação de Macau no 34.º Olímpico Jovem” no âmbito da cooperação internacional;

Nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro — Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo e do disposto no clausulado do contrato-programa n.º CP/181/DDF/2016 é celebrado o presente aditamento àquele contrato-programa de desenvolvimento desportivo, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto do aditamento

O presente aditamento ao contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/181/DDF/2016, tem por objeto reforçar a comparticipação aos encargos com a execução do Desenvolvimento da Atividade Desportiva do 2.º outorgante, com o objetivo de conceder apoio à organização da ação intitulada “Participação de Macau no 34.º Olímpico Jovem” no âmbito da cooperação internacional, cujo programa se encontra anexo a este contrato-programa, o qual faz parte integrante do mesmo, publicado e publicitado nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula 2.ª

Alteração da Cláusula 3.ª do contrato-programa CP/181/DDF/2016

1 — A comparticipação financeira indicada no n.º 1, da Cláusula 3.ª do contrato-programa de desenvolvimento desportivo CP/181/DDF/2016 é acrescida em 2.016,00 € fixando-se em 2.527.016,00 €.

2 — O n.º 1, da Cláusula 3.ª, do contrato-programa CP/181/DDF/2016, celebrado em 05 de julho de 2016 passa a ter a seguinte redação:

“Cláusula 3.ª

Comparticipação financeira

1 — A comparticipação financeira a prestar pelo 1.º Outorgante, ao 2.º Outorgante, para apoio exclusivo à execução do programa desportivo referido na cláusula 1.ª, é no montante de 2.527.016,00 €, com a seguinte distribuição:

a) A quantia de 360.000,00 €, destinada a participar os custos com a Organização e Gestão do 2.º outorgante;

b) A quantia de 1.252.016,00 €, destinada a participar a execução do projeto de Desenvolvimento da Atividade Desportiva, que inclui as seguintes consignações específicas:

i) 260.000,00 €, destinado a participar exclusivamente custos com a contratação da equipa técnica de apoio a este projeto;

ii) 12.000,00 €, destinado a participar exclusivamente a execução do projeto de desenvolvimento da prática desportiva juvenil “Jovem Talento Olímpico”;

iii) O montante da comparticipação financeira atribuída inclui uma quantia de 30.000,00 €, destinada a participar exclusivamente a contratação do técnico desportivo responsável pelo apoio à integração do desporto paralímpico;

iv) O montante da comparticipação financeira referido na alínea b), supra inclui ainda uma quantia de 2.016,00 €, para apoio para a ação intitulada “Participação de Macau no 34.º

Olímpico Jovem” no âmbito da cooperação internacional, constante em anexo;

c) [...]”

Cláusula 3.ª

Alteração da Cláusula 4.ª do contrato-programa CP/181/DDF/2016

O n.º 1, da Cláusula 4.ª, do contrato-programa n.º CP/181/DDF/2016, celebrado em 05 de julho de 2016 passa a ter a seguinte redação:

“Cláusula 4.ª

Comparticipação financeira

1 — A participação referida no n.º 1 da cláusula 3.ª é disponibilizada mensalmente, nos seguintes termos:

Mês	Programa de atividades regulares
Janeiro	203,096,00€
Fevereiro	203,096,00€
Março	203,096,00€
Até 15 dias após a entrada em vigor do contrato-programa	425,762,00
Junho	212,850,00€
Julho	214,866,00€
Agosto	212,850,00€
Setembro	212,850,00€
Outubro	212,850,00€
Novembro	212,850,00
Dezembro	212,850,00
<i>Total</i>	2,527,016,00€

Cláusula 4.ª

Produção de efeitos

O presente aditamento ao contrato-programa produz efeitos reportados à data da sua publicação no *Diário da República*.

Assinado em Lisboa, em 09 de agosto de 2016, em dois exemplares de igual valor.

9 de agosto de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., *Augusto Fontes Baganha*. — O Presidente da Federação Portuguesa de Atletismo, *Jorge António de Campos Vieira*.

209876504

Contrato n.º 512/2016**Contrato-programa de desenvolvimento desportivo aditamento CP/329/DDF/2016**

Missão Portuguesa aos Jogos CPLP Cabo Verde 2016

Aditamento ao contrato-programa de desenvolvimento desportivo CP/87/DDF/2016

Entre:

1 — O Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., pessoa coletiva de direito público, com sede na Rua Rodrigo da Fonseca, n.º 55, 1250-190 Lisboa, NIPC 510089224, aqui representado por Augusto Fontes Baganha, na qualidade de Presidente do Conselho Diretivo, adiante designado como 1.º outorgante; e

2 — A Confederação do Desporto de Portugal, pessoa coletiva de direito privado, com sede na(o) Rua Eduardo Augusto Pedroso, 11-A, 1495-047 Algés, NIPC 503042579, aqui representada por Carlos Paula Cardoso, na qualidade de Presidente, adiante designada por 2.º outorgante ou entidade.

Considerando que:

A. O 1.º outorgante, e o 2.º outorgante celebraram o Contrato-Programa CP/87/DDF/2016, em 15 de maio de 2016, tendo por objeto a concessão de uma participação financeira à execução do Programa Missão Portuguesa aos Jogos CPLP Cabo Verde 2016, que o 2.º outorgante apresentou ao 1.º outorgante e se propõe levar a efeito de no decurso do corrente ano, de 15 a 24 de julho, o qual consta do anexo àquele contrato programa, publicado e publicitado nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro;

B. O contrato-programa acima aludido foi publicado, nos termos da lei, como Contrato n.º 309/2016, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 24 de maio de 2016;

C. Nos termos do disposto da cláusula 9.ª do contrato-programa CP/87/DDF/2016 “o presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro”

D. Ocorreram despesas extraordinárias não previstas inicialmente pela 2.º outorgante, destinadas a suportar as despesas no âmbito da

cooperação bilateral com Cabo Verde no apoio à organização e participação desportiva da X edição dos Jogos Desportivos CPCL 2016, de 15 a 25 de julho.

E. Face ao exposto, verifica-se necessário proceder a um reforço da participação financeira de forma a garantir o cumprimento do programa de atividades apresentado pela 2.º outorgante;

Nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro — Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo e do disposto no clausulado do contrato-programa CP/87/DDF/2016 é celebrado o presente aditamento àquele contrato-programa de desenvolvimento desportivo, que se rege pelas cláusulas seguintes

Cláusula 1.ª

Objeto do aditamento

O presente aditamento ao contrato-programa de desenvolvimento desportivo CP/87/DDF/2016, tem por objeto reforçar a participação aos encargos com a execução do programa desportivo de cooperação internacional no domínio do desporto e no âmbito de apoio à organização e participação da X Edição dos Jogos Desportivos CPLP Cabo Verde 2016, de 15 a 27 de julho.

Cláusula 2.ª

Alteração da Cláusula 3.ª do contrato-programa CP/87/DDF/2016

1 — A participação financeira indicada na Cláusula 3.ª do contrato-programa de desenvolvimento desportivo CP/87/DDF/2016 é acrescida em 60.920,00 € fixando-se em 260.920,00 €.

2 — A Cláusula 3.ª, do contrato-programa CP/87/DDF/2016, celebrado em 15 de maio de 2016 passa a ter a seguinte redação:

“Cláusula 3.ª

Comparticipação financeira

1 — Para a organização do programa desportivo referido na cláusula 1.ª supra, constante da proposta apresentada pelo 2.º outorgante, é concedida a este pelo 1.º outorgante uma participação financeira até ao valor máximo de 260.920,00 € que inclui a organização da Missão e o apoio técnico local, com a colaboração das federações de Atletismo, Natação e Taekwondo.

2 — O montante da participação financeira referido no n.º 1, supra inclui:

a) Uma verba de 45.000,00 € destinada a aquisição de uniformes desportivos de representação oficial;

b) A quantia de 11.620,00 € destinada a participar as despesas necessárias à aquisição de equipamento eletrónico para a competição de Taekwondo.

c) A quantia de 3.000,00 € destinada a participar as despesas necessárias à aquisição de aparelho de precisão para a competição de Atletismo.

c) A quantia de 800,00 € destinada a suportar encargos com viagens de dois técnicos operadores do sistema técnico e competição de Atletismo

d) Uma verba para transporte e seguro de equipamentos — 500,00 €.

Cláusula 3.ª

Alteração da Cláusula 4.ª do contrato-programa CP/87/DDF/2016

A Cláusula 4.ª, do contrato-programa CP/87/DDF/2016, celebrado em 15 de maio de 2016 passa a ter a seguinte redação:

“Cláusula 4.ª”

Comparticipação financeira

A participação referida na cláusula 3.ª é disponibilizada nos seguintes termos:

a) 195.000,00 € até 15 (quinze) dias após a publicação do contrato-programa;

b) 60.920,00 € até 15 (quinze) dias após a publicação do aditamento ao contrato-programa CP/87/DDF/2016, com a referência CP/329/DDF/2016;

c) 5.000,00 €, no prazo de 30 (trinta) dias após o cumprimento do disposto na alínea d) da Cláusula 5.ª infra e obtida a respetiva validação positiva por parte do 1.º outorgante.